



PARLAMENTO EM BUSCA DE SOLUÇÃO PARA USINAS DO ESTADO



A crise das usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco repercute na Alepe. A Casa acompanha as dificuldades das Usinas Catende e Cruangi e busca uma saída para os conflitos.

Páginas 4 e 5



ARTIGO

O CASO DA USINA CRUANGI

Aluísio Lessa *

Os trabalhadores da Usina Cruangi, em Timbaúba, na Mata Norte de Pernambuco, a 106 quilômetros do Recife, estão há cerca de quatro meses sem receber pagamentos. A usina emprega 2,4 mil pessoas de seis cidades pernambucanas, e a dívida com os trabalhadores ultrapassa os R\$ 4 milhões. A época agora é de entressafra, mas, com tantas dívidas, a Cruangi está ameaçada de continuar parada e pode não voltar a funcionar este mês (setembro), quando começa a moagem da cana no Estado.

Os trabalhadores contam que, em abril, depois do fim da safra, como é de costume, foram dispensados. No entanto, muitos ainda não receberam as férias e todos estão há mais de três meses com os salários atrasados. Essa situação tensa já gerou uma série de protestos, passeatas e outras atividades, com o objetivo de tentar uma solução para o impasse. Segundo os agricultores, além da questão salarial, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não está sendo recolhido e a empresa também está em falta com a Previdência Social, o que dificulta a vida dos trabalhadores que estão para se aposentar.



JOÃO BITTA

A Superintendência da Usina Cruangi confirmou que, desde janeiro, não faz o recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A dívida com salários dos funcionários é de R\$ 4,2 milhões e com os prestadores de serviço, de R\$ 800 mil. A empresa ainda deve R\$ 500 mil ao sindicato e R\$ 8 milhões aos fornecedores de cana.

O que mais surpreende é que a produção da usina não combina com a situação atual. A última safra foi recorde. Nunca a Cruangi tinha moído tanta cana. Das 20 usinas pernambucanas, ela ficou em terceiro no ranking. A empresa chegou a moer 1,420 milhão de toneladas de cana, que foram transformadas em açúcar e álcool. Tudo foi vendido.

A direção da Usina Cruangi relata que os bens da empresa estão bloqueados por causa de uma disputa judicial entre os acionistas. De acordo com a diretoria, a maioria das usinas tem o financiamento da entressafra feito por meio de antecipações de operações de venda. Com a disputa judicial, a empresa está limitada e com grandes dificuldades de fazer essas operações. Os dirigentes ressaltam, ainda, que essa situação levou à atual crise financeira, com atraso de salários e impossibilidade de honrar compromissos.

A Usina Cruangi passa por dificuldades administrativas desde dezembro do ano passado, quando a Justiça bloqueou os bens da unidade industrial para pagamento de impostos federais devidos. Segundo a superintendência da empresa, tudo começou com a venda de outra usina da mesma família – a Maravilha – feita de forma irregular. Apesar de uma parte dos proprietários ser contra, a venda foi feita, mas contestada. Por causa do não-pagamento de impostos, a Justiça determinou o bloqueio dos bens e o caso está sendo analisado pelo desembargador federal Manoel Erhardt. Desde então, não se consegue financiar a produção, normalmente feita com a venda.

*Deputado estadual pelo PSB

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

ALEPE SOCIOAMBIENTAL

A educação sobre a importância da coleta seletiva foi o objetivo da segunda etapa do Programa de Responsabilidade Socioambiental da Assembleia Legislativa. A iniciativa, idealizada pela Mesa Diretora da Alepe e coordenada pela Superintendência Geral da Casa, promoveu, nos meses de julho e agosto, palestras de conscientização para os servidores. Em seguida, foram instalados cestos de recolhimento de resíduos sólidos nas áreas administrativas e comuns do Parlamento.

Com essa medida, a Alepe espera, além de orientar os funcionários sobre como separar o lixo, contribuir com instituições e entidades voltadas à utilização de material reciclável. O Hospital de Câncer, por exemplo, deverá receber todo o volume de papel descartado no Legislativo Estadual.

O Alepe Socioambiental inseriu o Poder Legislativo de Pernambuco na campanha em favor da preservação do meio ambiente. O programa foi lançado em março deste ano, com o passeio ciclístico *Pedalandando por um Mundo Melhor*. De acordo com o superintendente-geral da Casa, Marcelo Cabral, o próximo passo é trabalhar a conservação de energia. “O novo prédio, inclusive, será construído com essa ideia. Usaremos lâmpadas econômicas, entre outros equipamentos que reduzem o consumo.”



RINALDO MARQUES



FINANÇAS

ZSUZSANNA KILIAN/STOCK.XCHNG PHOTOS



SAIBA MAIS

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

– Estabelece as regras do orçamento do ano seguinte e seu valor global em reais.

Lei Orçamentária Anual (LOA) –

Detalha o valor do orçamento apresentado na LDO. Mostra com riqueza de dados onde os recursos serão aplicados.

Plano Plurianual (PPA) – É o

planejamento do que vai ser feito. Não trata de valores e sim, de metas.

Fonte: Assessoria da Comissão de Finanças da Assembleia

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013 É PRIORIDADE NO SEGUNDO SEMESTRE NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O segundo semestre na Assembleia Legislativa é o momento de direcionar as atenções ao planejamento financeiro do Estado para o ano seguinte. Nesse período, chegam à Casa Joaquim Nabuco as três leis que organizam os recursos e a forma como o dinheiro será usado pelo Poder Executivo. Cabe aos parlamentares avaliar, propor emendas e aprovar, ou não, as sugestões do Estado. Um parecer favorável já foi emitido pelo Par-

lamento. No dia 29 de agosto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) recebeu a aprovação da Comissão de Finanças e do Plenário. Este ano, não houve emendas ao projeto.

No dia 5 de outubro, chegarão a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA), que deverão ser votados até o final de novembro. De acordo com informações da assessoria da Comissão de Finanças da Assembleia, as matérias precisam ser sancio-

nadas pelo governador Eduardo Campos (PSB) até o dia 5 de dezembro. No caso de, em 2013, o Governo necessitar modificar a proposta para suprir novas demandas, existem recursos previstos na lei. O Poder Executivo pode enviar ao Legislativo projetos solicitando a abertura de crédito especial ou suplementar para remanejar dinheiro de uma secretaria para outra, por exemplo.

PERÍODO ELEITORAL – Devido à cam-

panha eleitoral, as reuniões plenárias da Assembleia têm novo horário, no segundo semestre deste ano. Às terças, quartas e quintas, as sessões acontecem às 10h. A segunda-feira continua em horário normal, com o início da reunião às 14h30. O novo formato não interfere no trabalho do Parlamento. É determinação do presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), que os deputados não usem a tribuna para tratar de assuntos eleitorais.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

PODER LEGISLATIVO ANALISA CRISE DAS USINAS CATENDE E CRUANGI

A crise das usinas de cana-de-açúcar de Pernambuco é assunto recorrente na Assembleia Legislativa. A Casa acompanha as dificuldades da Usina Catende, desde março do ano passado, por meio de Comissões Especiais. Este ano, passou a preocupar-se também com a Usina Cruangi, em Timbaúba, na Zona da Mata Norte, e com a situação das demais unidades produtoras de açúcar e álcool do Estado. Do funcionamento dessas empresas depende o futuro de milhares de famílias do meio rural. Por esse motivo, o Parlamento tenta intermediar os conflitos. Com a realização de diversas audiências públicas, o Poder Legislativo busca o diálogo com trabalhadores, representantes das empresas, Governos Federal e Estadual, além de outras entidades envolvidas. As situações das Usinas Catende e Cruangi são distintas entre si e diferentes do que ocorre com outras unidades pernambucanas. Mas todas estão envolvidas em uma crise nacional.



RINALDO MARQUES

Comissão Especial da Assembleia Legislativa fez visita à Usina Catende e constatou os problemas relatados pelos trabalhadores

Na opinião do presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), o setor canavieiro vem sendo vítima, ao longo dos anos, de uma política discriminatória. “O Proálcool criou expectativas positivas que não foram consolidadas. A questão é de ordem nacional. Pernambuco deve unir-se aos produtores do Sul para sensibilizar a União. Se isso não ocorrer, a crise econômica e social será lamentável”, avaliou.

O Proálcool foi o Programa Nacional do Álcool, criado em 1974 para fomentar o uso desse combustível. O Brasil precisava encontrar uma alternativa aos derivados do petróleo, que tiveram a primeira grande crise em 1973. Na metade da década de 1980, o preço do petróleo caiu e a gasolina se equiparou ao álcool.

O deputado Aluísio Lessa (PSB) preside a Comissão Especial da Usina Catende. De acordo com ele, das 20 usinas

pernambucanas, somente cinco têm equilíbrio financeiro atualmente. “Mesmo com a crise, o setor canavieiro representa 12% da economia estadual e emprega cerca de 150 mil trabalhadores na época da moagem”, ressaltou.

Lessa explicou que o problema em Catende, na Zona da Mata Sul, é diferente do de Timbaúba. Entretanto, segundo ele, existem recursos do Governo Federal que poderiam ajudar ambas situações, além de fortalecer o setor canavieiro. “Na Usina Catende, o que existe é uma massa falida. Seria necessário que o conjunto de credores abrisse mão do que tem a receber. Diferentemente, a Cruangi tem condições de moer. Obteve a terceira maior safra de Pernambuco na última colheita. Mas existe um desentendimento familiar que resultou no bloqueio dos bens por parte da Justiça.” A medida impediu saldar compromissos

financeiros. Cerca de 2,4 mil empregados não recebem salário há quase quatro meses.

Apesar de as dificuldades serem distintas, o parlamentar acredita que, motivando o setor, atraem-se investimentos. Lessa disse que o Governo estimula a criação de cooperativas agrícolas para gerir usinas em situação de risco. Mas é preciso mais empenho. “Esse segmento já gerou muitas riquezas para o poder público e pode gerar ainda mais. É necessário rever as tarifas do açúcar e do álcool e reduzir impostos. O preço do álcool está congelado há três anos”, afirmou.

A reportagem do Tribuna Parlamentar entrou em contato com o Ministério das Minas e Energia, nos dias 28 e 29 de agosto, e levou o questionamento dos deputados ao órgão. Entretanto, até o dia 13 de setembro, não recebeu nenhuma resposta.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO APONTA CONSEQUÊNCIAS PARA FUNCIONÁRIOS

Em audiência para tentar resolver a questão da Usina Cruangi, no dia 29 de agosto, os procuradores do Ministério Público do Trabalho em Pernambuco conversaram com a reportagem da Assembleia Legislativa. Fábio Farias e Lívia Arruda, que presidem o inquérito civil que apura os salários atrasados na Cruangi, relataram as consequências da crise do setor canavieiro na vida dos trabalhadores.

“As relações de trabalho são precárias. As condições, hoje, não diferem muito do período escravocrata. As normas de saúde e segurança não são observadas, e os patrões não respeitam os direitos trabalhistas”, afirmou a procuradora. “Para se ter uma ideia, a prática do ‘barracão’ só foi extinta em 1980, na Zona da Mata pernambucana”, complementou Fábio Farias.

O chamado “barracão” era uma espécie de armazém que pertencia ao dono da usina e era localizado em suas terras. Pelo serviço realizado na empresa, os empregados recebiam em moeda local



Audiência reuniu deputados e representantes das usinas e dos trabalhadores

que só tinha validade no “barracão”. Desse forma, muitos se endividavam com os

empregadores e ficavam impedidos de deixar a usina.

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DA USINA CATENDE

TITULARES

Aluísio Lessa (PSB) - Presidente
Manoel Santos (PT)
Clodoaldo Magalhães (PTB)
Rildo Braz (PRP)
Antônio Moraes (PSDB)

SUPLENTE

João Fernando Coutinho (PSB)
Henrique Queiroz (PR)
Zé Maurício (PP)
Ricardo Costa (PTC)
Mavíael Cavalcanti (DEM)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO LEILÃO DA USINA CATENDE

Aluísio Lessa (PSB) - Presidente
Antônio Moraes (PSDB)
Henrique Queiroz (PR)
Rildo Braz (PRP)
Zé Maurício (PP)

PARA FORNECEDORES, PRODUTORES E USINEIROS, CRISE É NACIONAL

A crise das usinas não é só em Pernambuco. A situação é nacional. As entidades relacionadas ao segmento apontam a falta de políticas federais como um dos fatores que deram início aos problemas. Alexandre Andrade Lima preside a União Nordestina dos Produtores de Cana e a Associação dos Fornecedores de Cana do Estado. Na opinião dele, a política de preços dos combustíveis praticada pelo Governo é a principal vilã.

“Não queremos tratamento diferenciado. Desejamos apenas que o Governo respeite as leis de mercado. Ele compra gasolina mais caro, fora do País, e vende aqui mais barato para as distribuidoras”, afirmou. Segundo ele, o Governo subsidia a gasolina para não ter impacto na inflação. “Dessa forma, o etanol não tem como sair. As usinas sobreviventes são as produtoras de açúcar, mas a lei da oferta e da procura já está fazendo o preço do açúcar reduzir, porque todo mundo produz. De três anos para cá, 41 unidades industriais fecharam no Brasil.”

Andrade Lima disse, ainda, não compreender como o Governo desonera a gasolina, que é fóssil, poluente e não renovável, enquanto nos Estados Unidos

e na Europa a utilização de energias renováveis, como o etanol, é estimulada. “O ideal, também, seria aumentar o percentual do álcool anidro na gasolina, que deve voltar ao que era há um ano e meio, 25%. Atualmente está em 20%.”

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool em Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, concorda e defende a isonomia na desoneração dos combustíveis. Em sua opinião, o clima também prejudica o setor canavieiro. “No Nordeste, e principalmente em Pernambuco, a cada cinco anos existem oscilações das safras causadas pelo tempo. No Sul, há mais regularidade. Esse fenômeno ocorre de 12 em 12 anos. Neste momento, as duas regiões enfrentam problemas climáticos. Mas a dificuldade maior é, sem dúvida, a falta de competitividade do álcool.”

O usineiro Eduardo de Queiroz Monteiro reforçou que o grande desafio é concorrer novamente com a gasolina. “Nossa atividade está sem renda, mas é preciso manter a serenidade nos ciclos de dificuldade. O mais complicado é entender como se onera o combustível limpo e desonera o sujo.”

TRABALHADORES DIZEM QUE HÁ MÁ GESTÃO E FALTA DE INVESTIMENTOS NAS USINAS DO ESTADO

Vários fatores econômicos influenciaram na crise das usinas pernambucanas e brasileiras. Para o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Doriel Barros, um exemplo é a conjuntura financeira internacional de 2008. Entretanto, segundo ele, a falta de investimento das empresas também é responsável. “Os problemas são fruto da má gestão das usinas. Há muito tempo, o setor vem ganhando dinheiro e não aplica em estrutura, a fim de depender menos dos recursos federais. O mercado de açúcar, neste momento, está aquecido. O adequado seria aproveitar a oportunidade para buscar tecnologia e plantar mais cana”, observou.

Presidentes dos sindicatos de trabalhadores rurais da Mata Norte concordam. Carlos Roberto Justino da Silva é cortador de cana há 27 anos. Há dois, preside o Sindicato de Goiana. Ele acha que a origem da má gestão, geralmente, é a competitividade interna das famílias donas das unidades. “A Cruangi é um exemplo. Mas, em 2002, vi outra falir pelo mesmo motivo. Era a Matari, em Nazaré da Mata.” O sindicato tem cerca de 4,5 mil associados. Uma parte trabalha

na Cruangi e outra na Santa Tereza, em Goiana.

O presidente do Sindicato de Itambé, Luis Salviano da Silva, tem 35 anos de trabalho rural. Há três está à frente da entidade, que tem cerca de 800 associados, da Cruangi e da Usina Olho d’Água, em Camutanga. Na visão dele, o Governo deveria, sim, reduzir impostos para ajudar o setor. Entretanto, “os grupos empresariais não se interessam por desenvolver as usinas”. “É necessário contratar pessoal qualificado, que entenda como funciona uma usina.”

Com 20 anos no campo, o presidente do Sindicato de Vicência, Severino Ramos Bernardo, acredita na reforma agrária. “Há 500 anos, o Brasil planta cana e quem paga pelo prejuízo da crise é sempre o trabalhador”, desabafou. Para ele, o patronato não gosta de cumprir com suas obrigações sociais. “O Governo devia desapropriar as terras de quem deve à União e fazer reforma agrária, pois já investiu muito no álcool. Se não deu certo, é por causa da má administração.” O Sindicato de Vicência tem três mil associados, parte da Cruangi e outra parte da Usina Laranjeiras, em Vicência.

TV ASSEMBLEIA

PERNAMBUCO PASSA A INTEGRAR REDE DE TV LEGISLATIVA DIGITAL

Antônio Magalhães

Enviado especial

BRASÍLIA - A Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) faz parte, agora, da Rede Nacional de TV Legislativa Digital. O presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), assinou, no dia 5 de setembro, em Brasília, convênio com o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), para incluir, no Recife, a *TV Assembleia* num canal digital aberto, compartilhado com a *TV Câmara* e a *TV Senado*. O convênio também foi assinado pelas Assembleias Legislativas do Rio Grande do Norte, do Paraná e do Acre, além das Câmaras Municipais de Natal e de Curitiba.

Para Guilherme Uchoa, a implantação de um canal legislativo em Pernambuco favorece os cidadãos, uma vez que lhes possibilita acompanhar de perto a atividade parlamentar. O presidente acrescentou que o novo canal legislativo, unindo as esferas federal e estadual em programações paralelas e simultâneas, permite ao eleitor acompanhar seus representantes tanto no Congresso, como na Assembleia.

Prestigiaram o evento o líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo, e os deputados federais Pastor Eurico (PSB) e Roberto Teixeira (PP), todos de Pernambuco. O chefe do Departamento de TV da Alepe, Antônio Magalhães, e o chefe de gabinete do presidente, Walter Costa, assinaram o convênio como testemunhas.

A solenidade de assinatura foi realizada no gabinete do presidente da Câmara, Marco Maia. O parlamentar gaúcho comentou o interesse dos presidentes das Assembleias e Câmaras em participar da nova rede digital de *TV Legislativa*, que só foi possível viabilizar a partir da modernização tecnológica. No novo modelo de televisão digital, pode haver o compartilhamento do canal em quatro subcanais, sem prejuízo de definição da imagem nem de áudio.

A *TV Câmara*, que comanda o processo de implantação da Rede de TV Legislativa em algumas áreas do País – outras são coordenadas pela *TV Senado* -, instalará, com recursos próprios, um potente transmissor de TV para atingir, inicialmente, o Recife e a região metropolitana. Um subcanal transmitirá a *TV Câmara*, outro a *TV Senado* e o terceiro, a *TV Assembleia de Pernambuco*. O quarto subcanal estará destinado à Câmara Municipal que quiser participar do projeto.

No caso da Alepe, isso significa a ampliação da cobertura das ações do Parlamento. Serão transmitidos, na íntegra e ao vivo, as reuniões plenárias, os debates nas Comissões, audiências públicas e CPIs. Também será aberto espaço nessa mídia para assuntos políticos, econômicos e culturais do Estado.

No momento, a Assistência de Comunicação Social da Alepe finaliza a construção de um estúdio de TV e já foram instaladas ilhas de edição.

Presidentes da Câmara Federal, Marco Maia, e da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa, assinaram, em Brasília, convênio para incluir a TV da Alepe num canal digital aberto



FOTOS: SERGIO AMARAL/CORTESIA



A TV Câmara, que comanda o processo de implantação da Rede de TV Legislativa em algumas áreas do País, instalará, com recursos próprios, um potente transmissor de TV para atingir, inicialmente, a Região Metropolitana do Recife

O convênio vai possibilitar a ampliação da cobertura das ações do Parlamento. Serão transmitidos, na íntegra e ao vivo, as reuniões plenárias, os debates nas Comissões, audiências públicas e Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs)



LUIZ GONZAGA

CAFÉ COM POESIA E GRANDE EXPEDIENTE EM HOMENAGEM AO PERNAMBUCANO DO SÉCULO 20

A edição de agosto do Café com Poesia entrou nas comemorações do centenário de nascimento de Luiz Gonzaga. O projeto foi realizado durante o Grande Expediente Especial proposto pelo deputado Antônio Moraes (PSDB), em homenagem ao Rei do Baião.

Os eventos lembraram os 23 anos sem Gonzagão, que morreu em agosto de 1989. Diversos artistas prestigiaram a ação. Entre os forrozeiros presentes, estava Israel Filho, que cantou um clássico do Rei do Baião, *Noites Brasileiras*.

O jornalista, radialista, professor e escritor José Mário Austregésilo proferiu palestra sobre a vida e os “causos” do sanfoneiro. Ele é autor do livro *Luiz Gonzaga, o Homem, sua Terra e sua Luta*. O especialista o avaliou como maior artista popular brasileiro. “Gonzaga influenciou até o Tropicalismo e ainda é tema de várias biografias e teses universitárias”, lembrou. Outro tributo ao cantor foi feito pelo servidor da Alepe Jorge Bernardo, lotado na Biblioteca. Ele apresentou uma poesia de sua autoria em homenagem a Gonzagão.



Artistas pernambucanos Toinho do Baião e Israel Filho ocuparam a tribuna da Casa para prestar homenagens a Luiz Gonzaga

Presidente da Comissão Especial do Centenário de Luiz Gonzaga, o deputado Antônio Moraes detalhou a agenda de homenagens da Alepe. “Neste segundo semestre, haverá entrega de medalhas a personalidades e promoveremos uma Assembleia Itinerante em Exu, cidade natal do mestre sanfoneiro”, afirmou. Segundo Moraes, cinco mil livros serão editados e distribuídos na rede pública,

“para que os alunos de Pernambuco possam conhecer melhor a história e a trajetória do artista”.

Estudantes de escolas estaduais participaram do Café com Poesia Especial.

O Coral Vozes de Pernambuco, formado por servidores da Alepe, participou dos eventos. Ao final, foi exibido o filme *O Jumento do Lua Estrela*, do cineasta Wildes Sampaio. Toinho do

Baião, “o clone de Gonzaga”, também marcou presença. “Em 1976, conheci o mestre. Nesse dia, me autorizou a ser seu clone”, contou.

ANIVERSÁRIO - Na última quinta-feira de cada mês, o Café com Poesia reúne poetas, escritores, músicos, profissionais ligados ao teatro, entre outros. A iniciativa completa seis anos no mês de outubro.

SAÚDE ALEPE

FUNCIONÁRIOS DA ALEPE DE OLHO NA SAÚDE

Funcionários da Assembleia Legislativa de Pernambuco tiveram a oportunidade de passar a manhã do último dia 31 de agosto cuidando da saúde. A pausa nas obrigações do dia a dia foi proporcionada pela 14ª edição do Saúde Alepe, promovida no Parque 13 de Maio. Na programação, caminhada, corrida e aula de ginástica. Os servidores também puderam fazer avaliação física, massagem

relaxante e aferir a pressão arterial.

De acordo com o Departamento de Gestão de Pessoas, mais que um momento para cuidar do corpo, o Saúde Alepe promove a integração entre os trabalhadores da Alepe. O setor informou que cem pessoas participaram da caminhada e 27 da corrida, sendo 20 homens e sete mulheres.

A competição masculina se dividiu em duas categorias: dos 18 aos 40 anos

e dos 41 aos 65. Os vencedores foram, respectivamente, Valter da Silva (1º lugar), do Serviços Gerais, e Edmilson Martins (2º), da Gerência de Compras. Na corrida feminina, Kátia Coutinho, lotada em gabinete parlamentar, conquistou o primeiro lugar. Também de Serviços Gerais, Odenis Bezerra ficou em segundo e quer repetir a experiência. “Nunca corri e cheguei aos cinco quilômetros. Espero

poder fazer isso novamente”, comentou.

O evento tem três edições por ano. Sempre comparecem atletas convidados e alunos voluntários dos cursos de Educação Física e Fisioterapia do Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau). Os estudantes coordenaram os momentos de avaliação e ginástica. O Saúde Alepe também foi acompanhado pelo Corpo de Bombeiros.



Servidores conferiram pressão arterial, realizaram exercícios físicos, antes da participação em corrida e caminhada, e relaxaram com massagem, no Parque 13 de Maio

ALEPE CULTURAL

ATRAÇÕES MOSTRAM LEGADO MUSICAL DEIXADO POR LUIZ GONZAGA

As homenagens da Assembleia Legislativa ao centenário de nascimento de Luiz Gonzaga não param. No dia 6 de agosto, o Alepe Cultural/Música lembrou o legado deixado pelo Rei. O evento, realizado no Paço Alfândega, no Recife Antigo, recebeu o cantor Rogério Rangel e a Banda Estado Civil. Comemorando 30 anos de carreira, Rangel foi a atração principal, lançando o CD *Respeito a Januário*.

O artista ressaltou que o disco tem 13 músicas, nove de Gonzagão e outras de autoria dele, em parceria com diversos cantores e compositores, a exemplo de Dominginhos. “Qualquer tributo é pouco diante da grandeza do trabalho de Gonzaga”, destacou.

A inovação nas músicas do Rei do Baião foi uma atração à parte. A Estado Civil levou canções do sertanejo em ritmo de reggae. *Pagode Russo* foi uma delas. O grupo, formado em 1997, gravou o CD independente *Recife Rio* e já se apresentou com artistas de renome nacional, como a banda *O Rappa*.

Para o vocalista Valmir Pereira, o estilo é descontraído. “Fugimos da coisa política que o reggae possui. Fomos agraciados com a participação no evento.” Iniciativa da Mesa Diretora da Casa, o Alepe Cultural/Música é organizado pela Assistência de Comunicação Social, por meio da Gerência de Relações Públicas. A entrada é gratuita e os artistas convidados não cobram cachê.

FOTOS: JOÃO BITA



Tradição e inovação. Essa tem sido a fórmula do Alepe Cultural para homenagear Luiz Gonzaga. Em agosto, foi a vez de Rogério Rangel (acima) e da Banda Estado Civil (ao lado) mostrarem seus repertórios baseados na obra de Gonzagão



FOTOS: JOÃO BITA



Atração principal da noite, a cantora Nádia Maia (foto acima) interpretou clássicos de Luiz Gonzaga. Já a banda Camaro's (foto ao lado) ousou ao tocar músicas do Rei do Baião em ritmo de rock. *Asa Branca* foi uma delas

EDIÇÃO DE SETEMBRO TAMBÉM HOMENAGEIA CENTENÁRIO DO REI

A edição de setembro do Alepe Cultural/Música não fugiu à regra e também homenageou o centenário do Rei do Baião. Até o fim do ano, todas as atrações que subirem ao palco do projeto da Assembleia celebrarão os cem anos de nascimento de Luiz Gonzaga. No último dia 3, foi a vez da cantora Nádia Maia e da banda de rock Camaro's. Quem passou pelo térreo do Paço Alfândega depois das 19h, teve a oportunidade de assistir aos shows e relembrar clássicos de Gonzagão.

“Sempre incluo músicas para lembrá-lo. Mas este ano é especial. Meu repertório tem mais canções dele”, contou Nádia Maia. “É uma emoção homenageá-lo. Gonzaga deixou um trabalho lindo que orgulha a nação nordestina”, complementou. De forma mais nordestina ainda, a cantora respondeu sobre o que acha do Alepe Cultural. “Arretado. Esse espaço dá oportunidade aos músicos locais, além de misturar forró com outros ritmos, como o rock, uma coisa bem pernambucana.” Nádia Maia iniciou a carreira em 1975. Sua discografia possui dez CDs, além da participação em trabalhos de artistas conhecidos nacionalmente, como Dominginhos.

Recentemente de volta ao Brasil, após passar uma temporada na Califórnia, nos Estados Unidos, a Camaro's foi a primeira a subir ao palco. Deu início à apresentação com a música *Asa Branca*, de Gonzaga e de seu parceiro Humberto Teixeira. O grupo tocou a canção em ritmo de rock, surpreendendo o público. “Consideramos essa uma excelente oportunidade de mostrar o nosso trabalho e fazemos questão de celebrar o centenário de Gonzaga, uma referência para nós”, afirmou o guitarrista e violinista da banda, Carlos Monster. Segundo ele, a Camaro's vai gravar um DVD nos Estados Unidos.

Promovido pela Mesa Diretora do Poder Legislativo Estadual, o Alepe Cultural visa valorizar as mais diversas expressões artísticas pernambucanas. O projeto acontece nas primeiras segundas-feiras de cada mês.